RELEVÂNCIA DA PALAVRA DO DETIDO EM RELAÇÃO À PALAVRA DA AUTORIDADE POLICIAL DETENTORA DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE VERACIDADE

Lindson Ranielly de Almeida Silva, Michele Aparecida Viana Pereira, Tamires Alexandre da Silva

Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE, curso de Direito, Presidente Prudente, SP. Email: ranielly-academicodireito@hotmail.com

RESUMO

Entre diversas prerrogativas inerentes à Autoridade Policial há uma de extrema relevância no que diz respeito à fundamentação de decisões em momentos de conflito, tal prerrogativa dar-se-á o nome de Princípio da Presunção de Veracidade. Todo e qualquer depoimento de um agente de polícia goza da presunção de veracidade. Na audiência de custódia o detido tem a oportunidade de denunciar eventual prática de tortura, coação ou qualquer ato ilegal praticado pelo policial que realizou a sua prisão. Entretanto, temos como objetivo identificar qual a relevância da palavra do detido em relação ao policial que lhe deteve, sendo que este é detentor da presunção de veracidade. O Presente trabalho terá com base em um profundo estudo através de informações de livros, fichamentos e artigos científicos.

Palavras Chave: Audiência de Custódia, Presunção de Veracidade, Princípios, Processo Penal, Constituição Federal.

RELEVANCE OF THE DETAINEE'S WORD IN RELATION TO THE WORD OF THE POLICE AUTHORITY HOLDING THE PRINCIPLE OF PRESUMPTION OF VERACITY

ABSTRACT

Among the many prerogatives inherent to the Police Authority, there is one of extreme relevance regarding the basis of decisions in times of conflict, such prerogative will be called the Principle of Presumption of Veracity. Every testimony of a police officer enjoys the presumption of truthfulness. At the custody hearing, the detainee has the opportunity to report any torture, coercion or any illegal act practiced by the arresting officer. However, we aim to identify the relevance of the detainee's word in relation to the police officer who detained him, who holds the presumption of truthfulness. The present work will be based on an in-depth study through information from books, journals and scientific articles.

Keywords: Hearing of Custody, Presumption of Truth, Principles, Criminal Procedure, Federal Constitution.

INTRODUÇÃO

Em decorrência dos abusos ocorridos com o passar dos anos cometidos por policiais, houve a necessidade de instituir uma condução do detido em flagrante, sem demora, à presença de um Juiz com o fim de averiguar a legalidade da prisão.

A ideia de o detido ter a possibilidade de falar ao juiz sobre a conduta da autoridade policial que realizou sua prisão advém da Convenção Americana de Direitos Humanos, o pacto de São José da Costa Rica, e a instauração dessa audiência de custódia no Brasil têm total consonância com a Constituição Federal, sendo assim, no que diz respeito aos direitos do preso que a constituição protege, com o advento da audiência de custódia torna-se mais rigorosa a observância destes direitos. Todavia, toda autoridade policial é detentora do princípio da

presunção de veracidade, ou seja, tudo que um policial vem a dizer é presumido como verdadeiro. Sendo assim, é de extremo valor identificar qual a relevância da palavra do detido na audiência de custódia em relação à palavra da autoridade policial que é detentora do princípio da presunção de veracidade.

METODOLOGIA

O Presente trabalho terá com base em um profundo estudo através de informações de livros, fichamentos e artigos científicos que empregará como norte a pesquisa bibliográfica a partir de leitura e relatos de entrevistas em vídeos sobre o assunto.

RESULTADOS

A necessidade de avaliar a evolução e a importância da audiência de custódia em relação aos direitos fundamentais de primeira geração face o Poder Estatal.

DISCUSSÃO

Audiência de custódia consiste no direito da pessoa presa em flagrante de ser apresentada sem demora a um juiz competente ou a uma autoridade com funções judiciais para que este juiz ou esta autoridade decida acerca da prisão ou não daquela pessoa que foi presa.

No ano de 1969 ocorreu a elaboração da Convenção Americana dos Direitos Humanos, popularmente conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, onde estavam reunidos os integrantes da Organização de Estados Americanos (OEA) no intuito de estabelecer os direitos fundamentais da pessoa humana, como o direito à liberdade, à vida, à dignidade, à educação, proibindo a escravidão, servidão humana, entre outros.

O tratado entrou em vigor no ano de 1978, e somente no ano de 1992 foi ratificado pelo Brasil, passando a ter validade no ordenamento jurídico interno a partir do Decreto 678.

Insta salientar, no que se refere à estrutura hierárquico-normativa brasileira, o Supremo Tribunal Federal estabeleceu que a Constituição Federal está acima das normas internacionais sobre direitos humanos, e que logo abaixo a elas estão as leis ordinárias, deste modo, havendo conflito entre as normas internacionais de direitos humanos e as leis ordinárias, prevalecerá as normas internacionais em decorrência da sua posição hierárquica.

O Artigo 7º, item 5 da convenção americana sobre direitos humanos dispõe:

Toda pessoa detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada pela lei a exercer funções judiciais e tem direito a ser julgada dentro de um prazo razoável ou a ser posta em liberdade, sem prejuízo de que prossiga o processo. Sua liberdade pode ser condicionada a garantias que assegurem o seu comparecimento em juízo.

O Brasil considerou como “sem demora” o prazo de 24 horas, e determinou que somente o juiz é a autoridade competente para tanto.

A audiência de custódia tem como finalidade garantir o Direito Fundamental do preso de ter a avaliação da sua prisão de forma rápida, bem como prevenir prática de tortura e coação ilegal contra o preso. Há uma consequência que advém da observância dessas finalidades, que é a diminuição da população carcerária, visto que pelo fato do juiz analisar a prisão de imediato os índices de soltura aumentam.

Faz-se mister a averiguação da consonância da audiência de custódia com a Constituição Federal, no que se refere aos princípios inerentes presos.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a

inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

XLIX – é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

A audiência de custódia é um mecanismo de prevenção da tortura, portanto, ela está em total consonância a Constituição Federal.

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

Em decorrência da apreciação sem demora do judiciário, faz com que a audiência de custódia esteja em total acordo com a Constituição Federal.

LXIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

Considerando que na audiência de custódia há a assistência do advogado ou de defensor público, bem como podendo haver acompanhamento da família, torna-se a audiência de custódia em conformidade com a Constituição Federal.

LXVI - ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;

Na audiência de Custódia pode o Juiz decidir pela liberdade provisória com o arbitramento de fiança ou não.

Em síntese, audiência de custódia é uma oportunidade que o detido tem de denunciar eventual prática de tortura, coação ou qualquer ato ilegal praticado pelo policial que realizou a sua prisão.

A atividade policial está sujeita aos limites e exigências legais. Todavia, ao mesmo tempo gozam de certa discricionariedade para o desempenho de determinadas funções inerentes a segurança pública.

Ocorre que esse poder discricionário concedido aos policiais para o exercício de sua função, por vezes, mostra-se demasiadamente amplo, de forma que fica difícil identificar quais atos são arbitrários e contrários ao que almeja a Administração Pública.

Como é cediço, Poder Estatal deixou de ser ilimitado e absoluto há certo tempo. Assim, com o escopo de proteger os cidadãos dos abusos praticados pelo detentor do Poder Estatal e seus agentes, surgiram os direitos de primeira geração, que constituem um freio a atividade do Estado.

Desta feita, estabeleceu-se que toda conduta que tentasse contra as liberdades individuais seriam passíveis de responsabilização, seja criminal, civil e/ou administrativa (NETTO, 2009, p. 4).

Diante disso, no ordenamento jurídico pátrio institui-se a denominada “Lei de Abuso de Autoridade”, em que segundo Netto (2009, p.3):

As condutas tipificadas como “abuso de autoridade” ou abuso de poder consistem basicamente em violações a direitos e garantias individuais de primeira geração insculpidos no art. 5º da Carta da República.

Depreende-se do texto do art. 3 da Lei n. 4.898/65, em consonância com o sobredito, apresenta um rol estrito de condutas consideradas abuso de autoridade, a qual considera abuso de autoridade qualquer ato praticado por autoridade pública que atente contra as liberdades individuais constitucionalmente reconhecidas.

Ainda, segundo o art. 5 da Lei 4.898/65, “Considera-se autoridade, para os efeitos desta lei, quem exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil, ou militar, ainda que transitoriamente e sem remuneração”.

Ressalte-se que, mesmo diante deste arcabouço jurídico a favor das liberdades individuais, verifica-se que muitas vezes as atividades policiais vão de encontro com a finalidade pública, extrapolando os limites legais estabelecidos, configurando-se assim o abuso de autoridade.

Como é sabido, na maioria das prisões realizadas, a polícia em muitas vezes se excede no exercício de sua função de realizar prisões, vindo, na maioria das vezes, a agredir a pessoa do acusado.

Nesta toada, verifica-se a audiência de custódia possibilita com a apresentação da pessoa do preso à autoridade judiciária, a apresentação da sua versão acerca da prisão, distanciando-se das arbitrariedades ou abusos que possam ter ocorrido no decorrer da efetivação da prisão.

A indagação que surge é, qual a relevância que a palavra do detido tem na audiência de custódia, em uma eventual prática de coerção ou tortura realizada pelo policial, posto que este possui a prerrogativa do Princípio da veracidade?

Princípio traduz a ideia de início, fonte primária. Juridicamente, princípio pode ser definido como normas que ocupam o ponto mais elevado do ordenamento jurídico, orientando e estruturando todo o demais sistema, sendo “[...] seu verdadeiro alicerce, disposição fundamental que se irradia sobre diferentes normas, compondo-lhes o espírito e servindo de critério para sua exata compreensão [...]” (GASPARINI, 2011, p.61), pois tem função de estabelecer regras de interpretação da legislação. Não precisam ser positivados, mas quando ocorre são chamados de “normas princípios”. (AGUIAR, 1993 apud GASPARINI, 2011, p.60).

Cada ramo do Direito tem seus princípios norteadores; no Direito Administrativo o princípio da presunção de legitimidade ou de veracidade tem grande relevância, sendo um dos atributos necessário para oferecer segurança jurídica aos atos administrativos. Segundo essa regra, os atos praticados pela administração pública são presumidamente verdadeiros e foram realizados de acordo com a legislação, pois a administração age em respeito ao princípio da legalidade, atuando conforme a lei permite, visando sempre atender o interesse público. Trata-se, porém de uma presunção *juris tantum*, ou seja, é uma presunção relativa, pois admite prova em contrário, sendo o ônus da prova de quem impugna o ato.

Nesse sentido, leciona Di Pietro (2017, p.100):

Esse princípio, que alguns chamam de princípio da presunção de legalidade, abrange dois aspectos: de um lado, a presunção de verdade, que diz respeito à certeza dos fatos; de outro lado, a presunção da legalidade, pois, se a Administração Pública se submete à lei, presume-se, até prova em contrário, que todos os seus atos sejam verdadeiros e praticados com observância das normas legais pertinentes. Trata-se de presunção relativa (*juris tantum*) que, como tal, admite prova em contrário. O efeito de tal presunção é o de inverter o ônus da prova. Como consequência dessa presunção, as decisões administrativas são de execução imediata e têm a possibilidade de criar obrigações para o particular, independentemente de sua concordância e, em determinadas hipóteses, podem ser executadas pela própria Administração, mediante meios diretos ou indiretos de coação. É o que os franceses chamam de decisões executórias da Administração Pública.

Por se tratar de uma presunção relativa, a palavra do detido toma força perante as declarações da autoridade policial na audiência de custódia, sendo assim, as versões prestadas por ambos assumem posições equânimes.

CONCLUSÃO

A presunção é uma condição necessária para a perfeita realização dos atos administrativos e dos serviços públicos; a problemática surge quando é utilizado por agentes mal intencionados, que praticam atos ilegais se aproveitando da proteção oferecida pelo princípio, já que na maioria das vezes, provar a realização de uma atitude que desrespeita a legislação é de extrema dificuldade.

Do exposto, depreende-se que a audiência de custódia visa oportunizar ao preso a possibilidade de narrar a sua versão acerca dos fatos sem qualquer receio, pontuando os abusos e arbitrariedades ocorridas no momento da prisão, visto que as declarações constantes no auto de prisão são tomadas pela autoridade policial, isto é, aquele que foi responsável pela sua prisão.

Desta feita, conclui-se que a audiência de custódia não constitui apenas uma forma de avaliação da necessidade da prisão, mas, também, um sistema fiscalizatório da atividade policial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVENA, Norberto Pâncaro. Processo Penal, 9ª edição. Método, 02/2017. [Minha Biblioteca].

BRASIL, Constituição Federal de 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituição/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso Agosto de 2017.

BRASIL, Lei n. 4.898/65. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4898.htm. Acesso Agosto de 2017.

GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 17. Ed. São Paulo : Saraiva, 2011.

NETTO, SALVADOR, Alamiro Velludo, BRITO, Alexis Augusto de, RAMOS, André Carvalho, DEZEM, . Legislação Penal Especial Vol. 2, 3ª edição. Saraiva, 08/2009. [Minha Biblioteca].

Pacto de San José da Costa Rica sobre direitos humanos completa 40 anos. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=116380>>. Acesso em: 14 ago. 2017

PIETRO, DI, Maria Zanella. Direito Administrativo. 30. Ed. Rio de Janeiro : Forense, 2017

SANTOS, Mauro dos. Curso de Direito Administrativo. 1. Ed. Rio de Janeiro : Forense, 2012.

YOSHINO, A. M.; SOARES, R. K. S.; O princípio como norma jurídica e o uso da proporcionalidade para sua aplicação. Disponível em: <migalhas.com.br/dePeso/16,MI142079,91041-O+princípio+como+norma+jurídica+e+o+uso+da+proporcionalidade+para+sua>. Acesso em: 12 ago. 2017.